

ATA Nº007/2025

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOZARLÂNDIA – CME

Aos **dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco**, às **13h30min**, nas dependências da **Casa dos Conselhos Municipais Professora Maria de Fátima Rocha Pereira**, no município de Mozarlândia – GO, realizou-se a **Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação – CME**, convocada pela presidente **Sr.^a Fábia Kely Batista Lopes**, conforme edital de Convocação nº 07/2025, para tratar dos assuntos constantes na pauta.

Registraram presença os seguintes conselheiros:

Poder Executivo

- Elbisson Torquato dos Santos
- Fábia Kely Batista Lopes
- Nathalia Vieira da Cruz – Titular

Professores Efetivos da Rede Pública Municipal

- Rafael Henrique Targuino Pinheiro

Diretores da Rede Pública Municipal

- Wilcimar Bezerra Santos

Pais de Alunos da Rede Pública Municipal

- Lázara Adriana Felix Fonseca de Souza Cabral

Professores com Especialização em Educação Especial

- Suzan Kelly Ferreira Falci

Servidores Administrativos

- Tânia Aparecida de Godoi Amorim

Professores do Ensino Médio

- Marcos Vinícios dos Santos Amorim

Sociedade Civil

Handwritten signatures in blue ink:
- Marcos Vinícios
- Diego
- Rafael
- Tânia
- Suzan
- Lázara
- Wilcimar
- Elbisson
- Fábia

- Diego Willian de Jesus Oliveira

Abertura

A presidente Fábيا Kely Batista Lopes declarou aberta a reunião, agradecendo a presença de todos os conselheiros e reforçando o caráter extraordinário do encontro, realizado no mês de novembro conforme previsão editalícia. Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se o Conselho, sob a presidência da Sra. Fábيا, que declarou aberta a sessão. A pauta principal foi a apresentação e discussão do Plano de Carreira.

Discussão do Plano de Carreira

A presidente apresentou ao Conselho o antigo Plano de Carreira, iniciando-se o debate sobre os apontamentos necessários. O professor Marco destacou que o novo Plano de Carreira deve contemplar os professores que possuem Magistério e Ensino Médio, ressaltando que, caso existam servidores nessa condição, isso precisa estar previsto no documento. Foi reforçado que devem ser considerados, especialmente, os servidores que estão na ativa. Outro ponto levantado foi a necessidade de que a progressão seja automática, mencionando-se que atualmente as datas de progressão ocorrem em dois períodos distintos. Os conselheiros analisaram as observações e apresentaram suas contribuições. Em seguida, foram lidas as adequações à tabela atual, apresentada para análise.

Referência ao Município de Orizona

Foi iniciada também discussão referente ao município de Orizona, utilizado como parâmetro de estudo para definição da gratificação de diretores, considerando o tamanho da escola e a quantidade de alunos. Após debate, ficou decidido que as escolas seriam classificadas da seguinte forma:

Gratificação para Diretores

- Até 100 alunos – Diretor (40h): 20% de gratificação + 10% por turno
- 101 a 250 alunos – Diretor (40h): 40% de gratificação
- 251 a 550 alunos – Diretor (40h): 60% de gratificação
- Acima de 551 alunos – Diretor (40h): 100% de gratificação

Gratificação para Vice-Diretores

- Vice-diretor (40h): 10% de gratificação
- Escolas com 250 a 550 alunos: 20%
- Escolas com 551 alunos ou mais: 50%

Organização das Reuniões

Handwritten signatures and notes in blue ink:
- Top right: "Marco" (signature)
- Middle right: "Fábيا" (signature)
- Bottom right: "Diego" (signature), "Rafael" (signature)
- Bottom center: "Diego" (signature)

Foi colocada em discussão a necessidade de ajustar o horário das reuniões, para que sejam organizadas em horários alternados, possibilitando maior participação dos membros.

Agentes de Apoio e Cargos Administrativos

Os conselheiros levantaram ainda a questão das Agentes de Apoio, propondo que sejam inseridas na lei. Foi explicado que a atual nomenclatura do cargo é administrativa, sendo sugerida a criação de um plano separado para esses profissionais. Debatendo-se a nomenclatura, concluiu-se que a legislação precisa ser analisada, podendo haver mudança jurídica, caso necessário.

Ficou ainda sugerido que seja realizado um estudo abrangendo cargos como Merendeira e outros Administrativos da Educação, para subsidiar futuras revisões.

Apresentação da Proposta de Plano de Carreira do Magistério

Foi apresentada a Proposta de Plano de Carreira do Magistério Municipal, com exposição dos principais pontos, impactos e adequações necessárias. Os conselheiros debateram critérios de progressão, formação continuada e estrutura remuneratória.

Registrou-se que, antes de dar seguimento ao estudo do Plano de Carreira, deveria ser concluída a análise do Regimento Interno. Assim, abriu-se a pauta referente ao Regimento Interno. Após leitura integral, o documento foi aprovado unanimemente por todos os membros.

Comparativo com o Plano de Arizona

Na sequência, após a aprovação do Regimento Interno, procedeu-se à leitura do Plano de Arizona, com o objetivo de comparar a carga horária e analisar possíveis adequações às demandas locais. Consideraram-se todas as contribuições dos membros.

Ficou acordado que os conselheiros deverão registrar, no Plano, a necessidade de observar e considerar a classe do Magistério, garantindo que esses profissionais não sejam deixados para trás nas adequações propostas.

Encaminhamentos e Deliberações do Plenário

Durante a apresentação, foram destacadas diferenças entre os modelos analisados, especialmente quanto à distribuição de atividades pedagógicas, organização do tempo escolar e diretrizes de atendimento aos estudantes. Os conselheiros discutiram a viabilidade de aplicar referências do Plano de Arizona à realidade municipal, considerando aspectos legais, estruturais e administrativos.

Manoel
Vincius

Diego

Após análises, concluiu-se que deverá ser utilizada a tabela de 2025, descartando sua aplicação para o contexto local.

Ficou deliberado que os conselheiros farão seus apontamentos e apresentarão novas contribuições na próxima Reunião Extraordinária, marcada para o dia **25 de novembro, às 13h30**.

Prestação de Contas do FME – outubro/2025

A prestação de contas referente ao Fundo Municipal de Educação – FME, referente ao mês de outubro de 2025, ficou para reunião posterior, devido ao não comparecimento do contador da Prefeitura Municipal de Mozarlândia por motivo de força maior.

Outros Assuntos Pertinentes

Na ocasião, foi aprovado o Calendário Escolar e o Regimento Interno do CME (minuta aprovada anexa à esta ata) e também foi discutida a Matriz Curricular do Município, cuja aprovação final ficou para a próxima reunião.

Foram tratados ainda assuntos gerais relacionados ao funcionamento do CME e às demandas das instituições educacionais do município.

Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 16h30. Para constar, eu, **Katimila Lopes Melo Tezzaro**, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pela presidente e pelos membros presentes.

Mozarlândia, 18 de novembro de 2025.

*Rafael Benedito T. Pinho, Ellison Torquato dos Santos,
Rafaela Vieira da Cruz, Fabiana Kelly Batista Lopes Wilton
Bessa Santos, Marcos Vinícius dos Santos
Amaral, Cássia A. de Godoi Amaral, Diego William
de Jesus Oliveira*

REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOZARLÂNDIA – CME

O presente Regimento Interno reúne as normas que orientam a organização, a composição, as competências e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Mozarlândia, órgão colegiado responsável por assegurar a participação social, fiscalizar, deliberar e contribuir para o desenvolvimento das políticas educacionais do município.

Instituído pela Lei Municipal nº 303/2002 e reorganizado pela Lei Municipal nº 928/2021, o CME atua como instância normativa e consultiva do Sistema Municipal de Educação, comprometido com a gestão democrática, a qualidade social da educação e o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Este documento reafirma o papel essencial do Conselho na condução das políticas públicas educacionais, fortalecendo a transparência, a participação social e o controle democrático da educação em Mozarlândia e consolida normas e procedimentos que orientam a atuação do CME como órgão normativo, deliberativo, fiscalizador e consultivo do Sistema Municipal de Educação, em consonância com a Lei Federal nº 9.394/1996 – LDB e demais legislações vigentes.

Sua finalidade é garantir segurança jurídica, organização administrativa e fortalecimento da gestão democrática no âmbito das políticas públicas educacionais do município e com base nas legislações municipal, estadual e federal, o documento reafirma o compromisso do CME com a qualidade da educação, a participação social e a gestão democrática, princípios que norteiam sua atuação no Sistema Municipal de Educação.

MINUTA DO REGIMENTO INTERNO

DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOZARLÂNDIA – CME

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação de Mozarlândia – CME, instituído pela Lei Municipal nº 303, de 24 de abril de 2002, e reorganizado pela Lei Municipal nº 928, de 12 de março de 2021, é órgão colegiado integrante do Sistema Municipal de Educação, de caráter normativo, deliberativo, fiscalizador, consultivo, propositivo e mobilizador, dotado de autonomia administrativa, financeira e funcional.

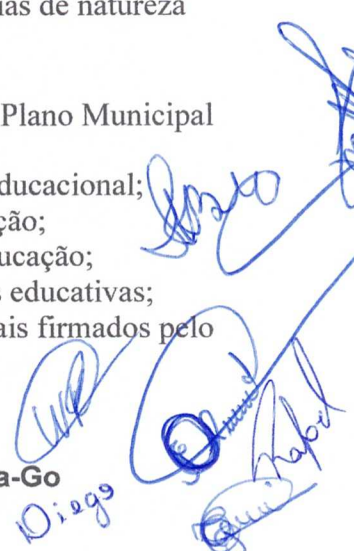
Art. 2º O CME tem por finalidade assegurar a participação da sociedade civil e dos profissionais da educação na formulação, acompanhamento, avaliação e controle social das políticas públicas educacionais, zelando pela qualidade social da educação e pelo cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação – PME.

Art. 3º O Conselho rege-se por este Regimento Interno, pela legislação municipal, estadual e federal vigente e pelos princípios da gestão democrática, da transparência, da equidade e da participação social.

CAPÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I – elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno;
- II – exercer função normativa, fixando normas complementares para a organização e funcionamento do Sistema Municipal de Educação;
- III – deliberar sobre a autorização, o credenciamento, o reconhecimento e a supervisão das instituições integrantes do Sistema Municipal de Educação;
- IV – aprovar e acompanhar a execução das Diretrizes Curriculares Municipais e dos Projetos Político-Pedagógicos das instituições do sistema;
- V – emitir pareceres, resoluções e demais atos normativos sobre matérias de natureza educacional;
- VI – zelar pela qualidade social e pedagógica da educação municipal;
- VII – subsidiar a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;
- VIII – acompanhar o Censo Escolar e os indicadores de desempenho educacional;
- IX – fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros destinados à educação;
- X – propor políticas de formação e valorização dos profissionais da educação;
- XI – estimular a gestão democrática e o controle social nas instituições educativas;
- XII – manifestar-se sobre convênios, parcerias e programas educacionais firmados pelo Município;



Diego

Paulo

- XIII – manter articulação e cooperação técnica com os Conselhos Estadual e Nacional de Educação;
- XIV – exercer outras atribuições previstas em lei.

CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho Municipal de Educação será composto por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelos respectivos segmentos representativos e nomeados por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º O mandato dos conselheiros será de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução.

Art. 7º A função de conselheiro constitui serviço público relevante, de natureza prioritária, não ensejando vínculo empregatício com o Município.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 8º O CME funcionará com a seguinte estrutura:

- I – Plenário;
- II – Presidência e Vice-Presidência;
- III – Secretaria Executiva;
- IV – Assessoria Técnica;
- V – Comissões Permanentes e Comissões Temporárias.

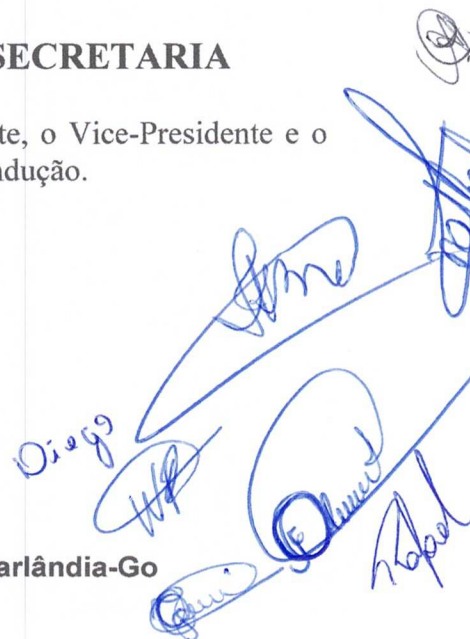
Art. 9º O Plenário é a instância máxima de deliberação do CME, composto pelos conselheiros titulares ou, na ausência destes, pelos respectivos suplentes convocados.

CAPÍTULO V – DA PRESIDÊNCIA E DA SECRETARIA

Art. 10. O Plenário elegerá, entre seus membros, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 11. Compete ao Presidente:

- I – representar o CME em atos oficiais;
- II – convocar e presidir as reuniões;
- III – cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;
- IV – expedir resoluções, deliberações e atos administrativos;



V – designar relatores e coordenar comissões;

VI – encaminhar ao Executivo as demandas e atos aprovados pelo Conselho.

Art. 12. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições.

Art. 13. Compete ao Secretário:

I – lavrar, assinar e arquivar as atas das sessões;

II – organizar a pauta, elaborar expedientes e expedir convocações;

III – providenciar a publicação das deliberações do Conselho;

IV – manter atualizado o arquivo documental e digital do CME;

V – acompanhar a tramitação de processos e documentos em análise.

CAPÍTULO VI – DAS REUNIÕES

Art. 14. O Conselho reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por mês;

II – extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por, no mínimo, um terço (1/3) dos conselheiros.

Art. 15. As reuniões serão públicas, salvo deliberação justificada em contrário, e registradas em ata.

Art. 16. O quórum mínimo para deliberação é de maioria absoluta dos membros (metade mais um).

Art. 17. As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes, salvo quando a legislação exigir quórum qualificado.

Art. 18. Os conselheiros terão direito a jeton por sessão a que comparecerem, conforme valor estabelecido em conjunto com o Poder Executivo e a Secretaria Municipal de Educação, respeitado o limite máximo de 20 (vinte) sessões mensais, de acordo com legislação municipal específica.

CAPÍTULO VII – DAS COMISSÕES


Art. 19. O CME poderá instituir Comissões Permanentes e Comissões Temporárias, com a finalidade de analisar matérias específicas, emitir pareceres, subsidiar estudos e acompanhar políticas educacionais.

Art. 20. As Comissões Permanentes compreenderão, no mínimo:



Reunião Extraordinária CME – 18/11/2025

MEMBROS		REPRESENTANTE	FUNÇÃO	ASSINATURA DOS PRESENTES
01	Elbisson Torquato dos Santos	PODER EXECUTIVO	TITULAR	Elbisson Torquato dos Santos
02	Gabriel Barbosa Carvalho	PODER EXECUTIVO	SUPLENTE	
03	Fábia Kely Batista Lopes	PODER EXECUTIVO	TITULAR	Fábia Kely Batista Lopes
04	Juliana Cristina Siqueira de Queiroz	PODER EXECUTIVO	SUPLENTE	
05	Nathalia Vieira da Cruz	PODER EXECUTIVO - TITULAR	TITULAR	Nathalia Vieira da Cruz
06	Marcyene Fernandes Stauber	PODER EXECUTIVO - SUPLENTE	SUPLENTE	
07	Rafael Henrique Targuino Pinheiro	Professores Efetivos da Rede Pública Municipal	TITULAR	Rafael Henrique T. Pinheiro
08	Laraine de Moraes Silva	Professores Efetivos da Rede Pública Municipal	SUPLENTE	
09	VAGA	Professores Efetivos da Rede Pública Municipal	TITULAR	
10	VAGA	Professores Efetivos da Rede Pública Municipal	SUPLENTE	
11	Wilcimar Bezerra Santos	Diretores da Rede Pública Municipal	TITULAR	Wilcimar Bezerra Santos
12	Ana Lúcia Teixeira Leão	Diretores da Rede Pública Municipal	SUPLENTE	
13	Roseane Costa Pinheiro	Diretores da Rede Pública Municipal	TITULAR	

14	Eliane do Carmo Teixeira	Diretores da Rede Pública Municipal	SUPLENTE	
15	Lázara Adriana Felix Fonseca de Souza Cabral	Pais de Alunos da Rede Pública Municipal	TITULAR	
16	José Ferreira Neto	Pais de Alunos da Rede Pública Municipal	SUPLENTE	
17	Wesley Teodoro Ferreira	Poder Legislativo	TITULAR	
18	Maria José Pereira Veloso	Poder Legislativo	SUPLENTE	
19	Patricia Rodrigues Melo	Escola Privada de Educação Infantil	TITULAR	
20	Ângela Maria Alves Bento	Escola Privada de Educação Infantil	SUPLENTE	
21	Suzan Kelly Ferreira Falci	Professores com Especialização em Educação Especial	TITULAR	
22	Ângela Maria Alves Bento	Professores com Especialização em Educação Especial	SUPLENTE	
23	Tânia Aparecida Godoi <i>Tânia Aparecida de Godoi Amorim</i>	Servidores administrativos	TITULAR	<i>Tânia A. de Godoi Amorim</i>

24	Sarah Gabrielly Godoi	Servidores Administrativos Suplentes	SUPLENTE	
25	Marcos Vinícios dos Santos Amorim	Professores do Ensino Médio	TITULAR	<i>Marcos Vinícios dos S. Amorim</i>
26	Nielle Alice M. Godoi	Professores do Ensino Médio	SUPLENTE	
27	Romilda Elias Gonçalves	Professores do Ensino Superior	TITULAR	
28	Bruno Dias Teixeira	Professores do Ensino Superior	SUPLENTE	
29	Auridete Margarida da Silva	Sociedade Civil	TITULAR	
30	Diego Willian de Jesus Oliveira	Sociedade Civil	SUPLENTE	<i>Diego willian de jesus Oliveira</i>

OUTROS PARTICIPANTES

01-	05
02-	06-
03-	07-
04-	08-